



Trajectoria e atualidade da desigualdade na América Latina

Lauro Mattei¹

Resumo

Neste artigo discute-se a trajetória histórica da desigualdade social na América Latina, com ênfase na concentração e desigualdade de renda. Inicialmente mostra-se que o modelo de desenvolvimento regional implantado no pós-guerra, ao mesmo tempo em que constituiu sociedades industriais, instituiu as condições de desigualdades sociais, as quais foram enormemente agravadas durante as duas últimas décadas do século XX, especialmente em função das crises econômicas. Esta situação se alterou, em parte, na primeira década do século XXI quando alguns indicadores mudaram sua trajetória e apresentaram resultados bastante favoráveis. Concluiu-se que, apesar dos avanços verificados ultimamente, a concentração de renda na América Latina ainda apresenta uma das maiores taxas do mundo, sendo que as taxas de pobreza voltaram a crescer novamente a partir do ano de 2013 em muitos países da região.

Palavras-chave: América Latina, Desigualdade Social, Concentração de Renda.

Trayectoria y actualidad de la desigualdad en América Latina

Resumen

En este trabajo se discute la trayectoria histórica de la desigualdad social en América Latina, con énfasis en la concentración y en la desigualdad del ingreso. Inicialmente se muestra que el modelo de desarrollo regional implantado en lo periodo de lo posguerra, al mismo tiempo que constituyó sociedades industriales, puso las condiciones de las desigualdades sociales, las cuales fueron en gran medida agravadas durante las dos últimas décadas del siglo XX, principalmente en razón de las crisis económicas. Esta situación se cambió, en parte, en la primera década del siglo XXI cuando algunos indicadores cambiaron su trayectoria y presentaron resultados muy favorables. Se concluyó que, no obstante los avances comprobados recientemente, la concentración del ingreso en América Latina todavía presenta una de las mayores tasas del mundo, siendo que las tasas de pobreza volvieron a crecer a partir del año 2013 en muchos países de la región.

Palabras clave: América Latina, Desigualdad social, Concentración de ingreso.

¹ Professor do curso de graduação em Economia e do Programa de Pós-Graduação em Administração, ambos da UFSC. Coordenador geral do NECAT-UFSC e pesquisador do OPPA-CPDA/UFRRJ. Email: l.mattei@ufsc.br
Fone: 48-37216679

Trajectory and present of inequality in Latin America

Summary

In this article we discuss the historical overview of social inequalities in Latin America, highlighting the income inequality and concentration. In the beginning we show that the regional development model that took a place after the post war period, in spite of the fact that promoted the industrialization process, it also created the inequality situation that was making worse during the last two decades of twenty century when economic crisis took a place in the region. This situation became better in the beginning of twenty first century when income inequality and poverty levels started to change their trajectory. Our main conclusion is that the income concentration in Latin America is still very high in comparison with the world levels, and the poverty indicator started growth up again after 2013.

Key-words: Latin America, Social Inequality, Income Concentration.

1. Introdução

As desigualdades sociais, mesmo não sendo fenômenos recentes no Continente Latino-Americano, mostraram ser mais consistentes a partir das crises econômicas que afetaram a maioria dos países da região nos anos de 1980 e 1990 quando, além das deficiências estruturais do modelo de desenvolvimento econômico regional, os problemas sociais – antigos e novos – tornaram-se obstáculos reais para conformação de uma sociedade latino-americana mais justa, democrática e igualitária.

As últimas décadas do século XX foram marcadas, em praticamente todos os países da região, por um processo de reformas nas estruturas econômicas emanadas a partir do “Consenso de Washington”, destacando-se a abertura comercial, a desregulamentação dos mercados e as privatizações das empresas estatais. Estas medidas causaram grandes desajustes em diversos setores produtivos, com implicações diretas sobre os processos de trabalho e sobre os salários dos trabalhadores, bem como sobre as condições sociais das parcelas mais vulneráveis da população latino-americana.

De um modo geral, pode-se dizer que essas reformas liberais não conseguiram reverter o quadro macroeconômico de instabilidades e crises, uma vez que os níveis de crescimento econômico regional permaneceram em patamares extremamente baixos. Uma das principais consequências desse processo foi a redução do nível de emprego, com a contrapartida do aumento da informalidade no mercado de trabalho, bem como o arrocho salarial. Este duplo movimento (redução do emprego combinada com redução dos salários) provocou uma diminuição do número de pessoas coberto pelos programas de seguridade social, num cenário

político dominado pela ideologia liberal de corte dos gastos governamentais na esfera social. Estas características estabeleceram as condições favoráveis para a manutenção e ampliação do processo de exclusão social, o qual pode ser observado pela expansão do número absoluto de pobres em praticamente todos os países nas referidas décadas.

De alguma forma, estes fatos conectam o tema atual das desigualdades sociais à sua natureza histórico-estrutural, uma vez que, apesar dos esforços de muitos governos da região em elevar os gastos públicos sociais no início dos anos 2000, os impactos desta expansão produziram resultados pouco efetivos até o presente momento no sentido de reduzir estruturalmente o tema da desigualdade social. Assim, nota-se que, em termos absolutos, o número de 136 milhões de pessoas classificadas como pobres e excluídas socialmente no ano de 1980 passou para 180 milhões no ano de 2010 (CEPAL, 2010).

Em grande parte, esse cenário se deve a rigidez da desigualdade de distribuição da renda, cujo processo histórico reflete a natureza desigual de acesso aos ativos econômicos e sociais (terra, capital, tecnologia, educação e saúde). Particularmente na América Latina, além de não se melhorar o acesso a esses ativos, o baixo crescimento econômico, especialmente nos períodos de crises como foram as duas últimas décadas do século XX, ajudou a agravar ainda mais a situação dos grupos sociais que já se encontravam em um processo de exclusão social.

Neste sentido, o objetivo do trabalho é apresentar o contexto atual da desigualdade social na América Latina a partir de uma perspectiva histórica. Para tanto, além desta breve introdução, o artigo terá mais três seções. Na primeira delas será feita uma recuperação rápida da trajetória do modelo de desenvolvimento econômico regional adotado pela maioria dos países entre 1930 e 1980, relacionando-o, na segunda seção, com a trajetória histórica da desigualdade na América Latina. A terceira seção apresenta as considerações finais do trabalho, destacando-se as principais tendências, especialmente para o tema da desigualdade de renda.

2. Breves notas sobre o modelo de desenvolvimento regional do pós-guerra

Ao final da Segunda Guerra Mundial a maioria dos países da América Latina encontrava-se com baixo grau de industrialização e elevada dependência da produção externa. Neste contexto, se fortaleceu na região, a partir da década de 1930, a ideia de se romper com a trajetória histórica de um sistema econômico que se articulava com a dinâmica econômica mundial por meio da produção de matérias-primas e de importação das mercadorias

industriais produzidas pelos países que dominavam o modo de produção mundial. Essa lógica impedia, a um só tempo, o desenvolvimento do setor industrial interno e a construção de um modelo econômico mais autônomo.

Esse processo ficou conhecido como o “modelo agrário exportador”, o qual se assentava em três pilares básicos: no trabalho escravo; no monopólio da propriedade da terra; e na produção primária especializada (monocultura) para abastecer os mercados externos. Uma das principais consequências desta forma de ocupação do território e de desenvolvimento de sistemas produtivos na América Latina foi a forte diferenciação entre as microrregiões e a hierarquização entre os países, especialmente em termos de acesso aos mercados regionais e internacionais. Especificamente em termos econômicos, observou-se um isolamento da maioria dos países em relação ao centro dinâmico da economia mundial.

O modelo agrário exportador com estas características possibilitou uma pequena acumulação de capital em alguns países (México, Brasil, Argentina, Chile, etc.), fato essencial para a industrialização posterior. Todavia, deve-se registrar que o crescimento econômico nesse período esteve condicionado pelos movimentos de expansão e/ou de retração da demanda no mercado internacional. Isso gerava consequências negativas, tanto na esfera econômica como nas esferas política e social, destacando-se a baixa produtividade da agricultura; os baixos índices de investimentos; a inexpressiva diversificação do processo produtivo; as baixas taxas de crescimento econômico; os elevados desníveis salariais; etc.

Com o colapso do sistema econômico mundial na década de 1930, o modelo agrário exportador que prevalecia na América Latina entrou em crise e abriu a oportunidade para o início do processo de industrialização. A queda violenta do PIB mundial, particularmente no período entre 1929 e 1933, provocou uma forte redução nos preços dos principais produtos agrícolas, com efeitos deletérios sobre as economias agrárias exportadoras latino-americanas.

Em termos sociais, nota-se que neste período já havia uma nítida diferenciação entre os países industrializados – que exibiam um maior nível de progresso técnico e uma maior igualdade social – e os países da periferia do sistema econômico mundial, onde prevalecia a baixa produtividade, a reduzida qualificação do mercado de trabalho, a discriminação salarial, a negação dos direitos e a exclusão social.

A crise econômica global estimulou a implementação do Modelo de Industrialização por Substituição de Importações (MSI), cujo teor central esteve assentado em um conjunto de políticas econômicas e comerciais com o objetivo de evitar a continuidade das importações, ao mesmo tempo em que se estimulava a produção industrial doméstica. A premissa básica do modelo era que cada país reduzisse sua dependência externa por meio de um processo de

industrialização local liderado pelo Estado, além da criação de um mercado doméstico. Desta forma, nota-se que o MSI foi implantado com forte apoio dos estados nacionais, tanto em termos de financiamento como de subsídios e políticas protecionistas.

É bastante claro que o arcabouço teórico keynesiano influenciou largamente essa iniciativa, tendo o planejamento estatal um papel decisivo na nova etapa do desenvolvimento regional. Decorreu dessa opção a adoção de um conjunto de políticas macroeconômicas, em particular da política industrial conduzida pelo Estado; da política comercial protecionista; da política cambial sobrevalorizada, etc. Com isso, esperava-se a redução da dependência externa e a expansão da produção doméstica, mesmo que não tivessem sido eliminadas totalmente as importações, especialmente naqueles setores em que a presença do setor de bens de capital era expressiva.

Parte da literatura registrou que o período de vigência do MSI (1930-1980) também ficou conhecido como o período do “estruturalismo latino-americano”, uma vez que se acreditava que o processo de industrialização conduziria os países latino-americanos ao patamar de desenvolvimento dos países já industrializados, ou seja, a industrialização por si só seria o remédio para todas as mazelas da região, particularmente da desigualdade, da pobreza e da exclusão social.

A implantação do MSI pode ser compreendida a partir de duas fases distintas. A primeira delas engloba as décadas de 1930 e 1940, quando a crise econômica mundial praticamente extinguiu o modelo agrário exportador e obrigou os países dependentes a iniciar o processo de produção industrial própria diante das dificuldades de continuar importando bens e demais mercadorias necessárias para o consumo interno. Este é um período menos teórico e mais pragmático devido às imposições derivadas da recessão econômica mundial.

A outra fase – que engloba as décadas de 1950 a 1970 – está mais afeita à dotação teórica do MSI, cujo papel central foi desempenhado pela Comissão Econômica para América Latina e Caribe (CEPAL). É neste momento que a obra de Raul Prebisch tornou-se fundamental para a expansão do referido modelo. Esse autor acreditava que o desenvolvimento dos países latino-americanos dependia da criação de elos verticais entre os setores primários com a produção industrial nascente, a qual passaria a abastecer os mercados domésticos. Talvez esta seja a razão que explique porque o MSI obteve maior sucesso nos países mais populosos e com certo nível de renda que possibilitou o consumo de produtos industriais (México, Brasil, Argentina, Chile, etc.) comparativamente a países menores (Bolívia, Equador, Paraguai, Guatemala, Honduras, Panamá, etc.), que tiveram dificuldades para implementar um processo de industrialização nos mesmos moldes que os países mais

dinâmicos.

Os melhores resultados do MSI ocorreram durante as décadas de 1950 a 1970, conforme pode ser observado na tabela 1, que apresenta a participação do PIB industrial no PIB total de diversos países. De um modo geral, observa-se um expressivo crescimento do setor industrial, destacando-se o caso da Argentina onde ao final da década de 1960 a indústria respondia por quase 35% da produção total do país. Essas informações confirmam o período de maior expansão da indústria na região e a fundamentação do setor industrial como estratégico para a composição do produto regional.

Tabela 1: Participação do PIB Industrial no PIB total

LATIN AMERICA: SHARE OF INDUSTRIAL PRODUCT IN THE TOTAL GROSS DOMESTIC PRODUCT (percentages)			
	1950	1960	1967
Total	18.7	21.7	23.1
Argentina	29.4	32.2	34.1
Chile	21.2	23.7	25.8
Mexico	19.9	23.3	25.6
Brazil	15.1	21.4	21.6

source: "Industrial Development in Latin America", Economic Bulletin for Latin America, Vol. XIV, No. 2, 1969

A tabela 2 apresenta as taxas de crescimento do PIB e do PIB industrial entre 1940 e 1960 no agregado latino-americano. Registre-se que este é um período altamente favorável a alguns países que se tornaram referência mundial em termos de taxas de crescimento econômico (milagre mexicano nos anos de 1950 e milagre brasileiro nos anos de 1960 e 1970). Além disso, é possível verificar o expressivo crescimento do PIB industrial ao longo dessas décadas, o que revela a expansão da industrialização pelo continente. Com isso, nota-se que ao final dos anos de 1970 a indústria local já respondia por quase toda a demanda doméstica.

Essa expansão industrial provocou mudanças expressivas também na ordem social, com enormes alterações na dinâmica populacional devido às novas oportunidades de trabalho que surgiam no meio urbano, além da conformação precária de aglomerados urbanos sem as mínimas condições de convivência social. Se hoje temos na maioria das grandes metrópoles favelas habitadas por milhares de pessoas, elas são o outro lado da moeda do próprio processo de industrialização implementado nos países mais populosos da região. Apesar das expressivas taxas de crescimento industrial nas três décadas (1950 a 1970), os ganhos

econômicos visíveis proporcionados pelo MSI não se traduziram em ganhos sociais para a maioria da população latino-americana, ao contrário, agravou-se ainda mais o já precário cenário social marcado pelas desigualdades.

Tabela 2: Taxa de crescimento do PIB e do PIB Industrial

**LATIN AMERICA: GROWTH RATES OF THE GROSS DOMESTIC PRODUCT AND
THE INDUSTRIAL PRODUCT, 1940-1968 (annual rates)**

	Growth rate of GDP	Growth rate of industry
1940-1950	5.0	6.8
1950-1960	4.7	6.3
1960-1968	4.5	5.4

source: "Industrial Development in Latin America", Economic Bulletin
for Latin America, Vol. XIV, No. 2, 1969

Do ponto de vista econômico, os limites do MSI já apareceram ainda na década de 1970 quando ocorreram os choques do petróleo e o choque das taxas de juros no mercado financeiro internacional. A maioria dos setores industriais operava com baixa produtividade, elevados subsídios governamentais e em mercados fechados e com reservas. Isso tipo de protecionismo atuou negativamente, uma vez que não estimulava a competitividade industrial, além de acorbertar a ineficiência em vários setores.

Dentre os principais problemas que levaram o MSI ao colapso destacam-se fatores de ordem externa e interna. No primeiro caso, a mudança na conjuntura internacional, particularmente no sistema financeiro com elevações enormes das taxas de juros – que de negativas em 1%, em 1975, passaram para positivas em 6%, em 1981 – causou uma desestruturação no setor externo das economias latino-americanas, cujo epicentro final foi a crise generalizada da dívida externa na década de 1980. Além disso, o acesso ao sistema de crédito no mercado internacional ficou mais reduzido, comprometendo a continuidade dos investimentos, especialmente na área de infraestrutura.

No âmbito interno, destacam-se os déficits nas contas governamentais e a escalada inflacionária. Os déficits do setor público na América Latina passaram de 2% do PIB, em 1975, para 6%, em 1983. Em parte, esses déficits decorriam dos gastos excessivos dos governos em investimentos em infraestrutura para ampliar rapidamente o processo de industrialização. Já o processo inflacionário foi potencializado pela política monetária adotada

na época para se gerar liquidez interna diante das dificuldades externas. Essa criação de liquidez, na verdade, se tornou a principal fonte de expansão da inflação na década de 1980.

Do ponto de vista social, os custos foram enormes a partir da década de 1970. Por um lado, a renda se tornou cada vez mais concentrada, sendo que os diferenciais de renda entre as diversas categorias de trabalhadores também afetaram negativamente diversos setores industriais. Por outro, o mercado de trabalho urbano apresentou taxas de crescimento inferiores às taxas de crescimento da população em idade ativa, resultando na expansão do desemprego e da informalidade. A isso se soma a política de arrocho salarial adotada na época que ajudou a precarizar ainda mais as condições de vida da classe trabalhadora.

Como resultado final temos o extraordinário crescimento dos índices de pobreza nas décadas de 1980 e 1990, quando quase 50% de toda população latino-americano foi classificada como situando-se em condição de pobreza. Além disso, agravaram-se também as disparidades regionais, resultando num quadro de exclusão social de elevadas proporções em praticamente todo o Continente Latino-Americano.

3. Concentração de renda como um dos produtos do desenvolvimento regional por substituição das importações

3.1 Considerações sobre a trajetória da desigualdade de renda

A América Latina continua sendo um espaço geográfico que apresenta as maiores taxas de desigualdades sociais do mundo (Costa Ribeiro, 2006; Perry & Steiner, 2011; Morley, 2001). Todos os países da região são caracterizadas pelas imensas disparidades entre seus cidadãos em termos de renda, consumo e acesso a educação, serviços básicos e terra, bem como de outras variáveis socioeconômicas (Gasperini & Lustig, 2011).

A tabela 3 mostra a evolução média do Índice de Gini da renda *per capita* da região em comparação com as demais regiões do mundo durante as décadas de 1960 e 1990. De um modo geral, observa-se que ao longo de mais de 40 anos o Índice de Gini médio da América Latina, além de se manter em patamares extremamente altos, sempre ocupou a dianteira mundial, significando que a concentração de renda na América Latina foi persistente e se manteve nos patamares mais elevados do mundo. Desta forma, as informações comprovam que, em termos mundiais, a América Latina vem sendo a região mais desigual há muito tempo. E esse cenário se agravou ainda mais nas décadas de 1980 e 1990 quando a desigualdade aumentou, especialmente em função da grave crise econômica e das políticas neoliberais de reformas econômicas implementadas durante a década de 1990. Com isso, ao

final do século XX chegou-se a uma situação em que a concentração de renda atingiu patamares praticamente idênticos àqueles verificados no início do período do pós-guerra.

Tabela 3: Média do coeficiente de Gini por regiões e décadas (1960-1990)

<i>Países</i>	1960s	1970s	1980s	1990s
Europa Oriental	25.1	24.6	25.0	28.9
Sul Asiático	36.2	33.9	35.0	31.9
OCDE e países desenvolvidos	35.0	34.8	33.2	33.7
Oriente Médio e Norte da África	41.4	41.9	40.5	38.0
Ásia Oriental e Pacífico	37.4	39.9	38.7	38.1
África Subsaariana	49.9	48.2	43.5	46.9
América Latina	53.2	49.1	49.7	49.3

Fonte: Morley, 2001

Essas informações permitem verificar, ainda, o comportamento distinto entre a América Latina e demais regiões do mundo. Assim, regiões que detinham índices de desigualdades próximos aos da América Latina na década de 1970 apresentaram quedas consistentes da desigualdade posteriormente, com destaque para a região Asiática e Oriente Médio, ao passo que nos países desenvolvidos a desigualdade se manteve constante, porém em patamares baixos. Já a América Latina foi a única região do mundo que manteve a desigualdade em níveis elevados ao longo de todo o período considerado.

O resultado disso é dramático para as classes menos favorecidas. Segundo Morley (2001), esses elevados índices de concentração causam grandes impactos na quantia da renda destinada aos pobres e ricos. Nos anos de 1990, por exemplo, enquanto os 5% mais ricos da América Latina ficavam com 25% de toda a renda regional, na Ásia do Sul essa mesma camada social (ricos) ficava com 16%, e nos países desenvolvidos os 5% mais ricos ficavam com apenas 12% de toda a renda gerada. O resultado é que na América Latina a renda dos 5% mais ricos é 20 vezes maior que a renda do quintil mais pobre da população da região.

Para Costa Ribeiro (2006), essa elevada desigualdade, além de potencializar a expansão da pobreza, também pode diminuir o efeito do desenvolvimento econômico sobre a redução da pobreza, caso não haja políticas efetivas de distribuição de renda. Além disso, outro efeito negativo da desigualdade ocorre sobre as oportunidades educacionais, uma vez que altos índices de desigualdade limitam a contribuição potencial que muitos indivíduos poderiam dar à sociedade.

A tabela 4 apresenta essa diferenciação da renda entre ricos e pobres durante a década de 1990 para os diversos países e também para agregado latino-americano. No âmbito geral observa-se que durante a década de 1990 o quintil dos 20% mais pobres da população latino-americana reduziu sua participação na renda total de 3,9% (1990) para 3,8% (1999), ao

passou que no mesmo período os 20% mais ricos aumentaram sua participação de 55,9% para 56,5%, revelando o elevado grau de concentração da renda ao final do século XX.

Essa tendência de aumento da concentração da renda foi verificada na maioria dos países, com destaque para os casos da Colômbia, Chile e Brasil, sendo que neste último país chegou-se ao patamar de 68%, ou seja, no final da década de 1990 os 20% mais ricos dentre os brasileiros concentravam 68% da renda total, ao passo que os 20% mais pobres detinham apenas 2%. Esta trajetória fez com que o Brasil se situasse no topo do grupo de países com as maiores taxas de concentração.

Durante essa década registrou-se uma tendência de queda em cinco países, sendo que o Uruguai apresentou a melhor situação, com um nível de concentração de renda abaixo de 50%. Já países como Guatemala e Honduras, embora tenham apresentado tendência de queda, ainda assim mantêm níveis de concentração de renda acima de 60%. Com isso, segundo a CEPAL (2004), em praticamente todos os países, exceto Costa Rica e Uruguai, a renda *per capita* de até 75% de toda a população se situava em patamares abaixo da média total da região.

Pode-se dizer que durante a década de 1990, especialmente a partir da sua segunda metade, ocorreu um agravamento da desigualdade de renda na América Latina. As políticas neoliberais de reforma econômica, somadas aos efeitos negativos das diversas crises econômicas, acabaram gerando maior instabilidade econômica e política em diversos países e fazendo com a já precária condição social se tornasse ainda mais grave. O resultado foi que a já elevada desigualdade de renda acabou aumentando na média regional, bem como em um número expressivo de países, chamando atenção o fato de que essa tendência também ocorreu em países que tradicionalmente apresentavam índices menores, como foi o caso da Costa Rica.

Tabela 4: Distribuição do primeiro e último quintil de renda entre 1990 e 1999 (Diversos Países)

Países	Quintis ¹			
	1990		1999	
	Q1	Q5	Q1	Q5
Argentina ^G	4,2	55,0	3,4	58,8
Bolívia ^{A C G}	3,2	58,2	3,8	55,6
Brasil	2,0	66,8	2	68
Chile ^E	3,6	60,6	3,4	61,4
Colômbia ^B	3,6	57,8	2,8	61,6
Costa Rica	4,2	48,4	4,0	52,2
Equador ^G	4,8	51,8	3,8	57,6
El Salvador	-	-	3,0	55,8
Guatemala ^{A F}	2,6	63,0	3,6	60,8
Honduras ^C	2,4	65,6	2,8	60,4
México ^{A E}	3,8	58,6	3,4	59,0
Nicarágua ^{D F}	2,0	61,4	2,0	61,4
Panamá ^G	3,2	57,2	3,8	54,8
Paraguai ^G	5,2	51,00	4,2	54,8
Peru	-	-	3,0	58,6
República Dominicana ^B	-	-	-	-
Uruguai ^G	4,8	54,6	5,00	49,8
Venezuela	4,2	52,0	3,6	54,2
América Latina ^G	3,9	55,9	3,8	56,5

Fonte: Cepal (2015)

¹ Q1 refere-se ao primeiro quintil (20% mais pobre), Q5 refere-se ao quinto quintil (20% mais rico)

- Refere-se a dado indisponível

^A Primeiro ano da série refere-se a 1989

^B Primeiro ano da série refere-se a 1991

^C Primeiro ano da série refere-se a 1992

^D Primeiro ano da série refere-se a 1993

^E Último ano da série refere-se a 2000

^F Último ano da série refere-se a 1998

^G Somente áreas urbanas

Para Morley (2001), existem três fatores básicos que são úteis para explicar esse elevado índice de desigualdade persistente na América Latina ao final do século XX. O primeiro é que permanece na região um elevado grau de desigualdade educacional e altos níveis diferenciados de qualificações universitárias comparativamente às qualificações universitárias mundiais. Segundo, a combinação de elevada concentração da terra e o crescimento das taxas da força de trabalho nas últimas décadas reduziram fortemente os salários, especialmente da mão de obra não qualificada. Terceiro, os ricos da América Latina são muito mais ricos em relação ao restante da população comparativamente à outras partes do mundo.

Já para a CEPAL (2004), dentre os fatores que afetam a distribuição da renda, destacam-se a questão educacional, o patrimônio, as peculiaridades demográficas e a densidade ocupacional. Em relação à questão educacional, afirma-se que, embora não haja

uma relação direta, níveis educacionais mais elevados tendem a ser acompanhados por níveis de renda maiores. A distribuição do patrimônio é outro fator decisivo, uma vez que a sua concentração se caracteriza como um fator determinante da reprodução das desigualdades. No caso da América Latina verifica-se que os patrimônios são extremamente concentrados nos quintis mais ricos da população. Já as diferenças demográficas desempenham um papel transcendental na distribuição da renda, uma vez que os domicílios pobres geralmente apresentam um maior número de membros, rendas salariais mais reduzidas e uma renda *per capita* domiciliar baixa. Finalmente, quando se compara os decils extremos da distribuição de renda, observa-se que o decil superior tem uma capacidade de gerar renda duas vezes maior que o decil inferior.

3.2 A lenta desconcentração de renda a partir dos anos 2000

É praticamente consensual na literatura especializada que a partir do início dos anos 2000, particularmente a partir de 2002 e 2003, teve início um processo de mudança na trajetória da desigualdade de renda na América Latina, sendo que na maioria dos países observou-se uma redução dos níveis de desigualdade.

Para Perry & Steiner (2011), apesar da recente melhoria na distribuição de renda, os problemas relativos aos altos níveis de desigualdades e à mobilidade social ainda persistem na América Latina. Para esses autores, além de implicações éticas, as desigualdades têm repercussões negativas sobre o crescimento econômico, sobre a qualidade das instituições, bem como implicações negativas sobre as variáveis sociais e sobre a estabilidade política. Segundo os autores, o problema torna-se ainda mais sério quando se considera que tal desigualdade ocorre em um contexto de baixa mobilidade social na qual a pobreza se consolida como um tema intergeracional. Por isso, os autores concluem que ainda existe um longo caminho a ser percorrido para se reduzir as desigualdades latino-americanas e aumentar a mobilidade social.

Dados da CEPAL (2014) mostram uma queda de 10% do Índice de Gini entre 2002 e 2013. Com isso, a concentração da renda passou de 0,542 para 0,486 no último ano da série. Todavia, essa instituição chama atenção para o fato de que houve comportamentos distintos entre 2002 e 2008 e de 2008 a 2013, sendo que somente três países (Argentina, Bolívia e Brasil) apresentaram queda expressivas em todo o período considerado. Já outros três países (México, Colômbia e Uruguai) tiveram maior aceleração na queda da desigualdade de renda a partir de 2008 e 2013. Mas há casos particulares com tendências opostas. Por exemplo, na

República Dominicana nota-se que no primeiro período (2002-2008) houve aumento da concentração da renda, tendência esta que foi invertida no segundo período. Já nos casos do Panamá e da Costa Rica, observa-se uma tendência de aumento da concentração da renda no segundo período, chamando atenção para as expressivas taxas de crescimento da concentração de renda observadas entre 2008 e 2013 na Costa Rica.

A tabela 5 mostra a evolução do Índice de Gini da concentração da renda para alguns países no período entre 2000 e 2013. De um modo geral, nota-se que esse índice apresentou uma tendência de queda na maioria dos países, exceto no caso da Costa Rica que cresceu, invertendo tendência histórica, uma vez que este país sempre apresentou os melhores desempenhos neste quesito em toda a região.

Tabela 5: Índice de GINI da concentração de renda para países selecionados entre 2000 e 2013

<i>Países</i>	Índice de GINI	
	2000	2013
Argentina ^{D E}	0.544	0.475
Bolívia ^C	0.643	0.472
Brasil ^A	0.639	0.553
Costa Rica	0.474	0.512
Equador	0.559	0.477
El Salvador	0.531	0.453
México ^D	0.542	0.492
Panamá ^A	0.555	0.527
Paraguai ^A	0.558	0.552
Peru ^A	0.525	0.444
Uruguai ^E	0.447	0.383
Venezuela	0.468	0.407

Fonte: Cepal (2015)

^A Primeiro ano da série se refere a 2001

^B Primeiro ano da série se refere a 2002

^C Último ano da série se refere a 2011

^D Último ano da série se refere a 2012

^E Somente áreas urbanas

Além disso, deve-se registrar uma importante mudança no processo de desconcentração da renda em países como Bolívia, Brasil e Paraguai, mesmo que alguns deles ainda mantenham esse índice em níveis elevados. Para a CEPAL (2014), a redução mais expressiva ocorreu no período entre 2008-2013, significando uma taxa anualizada de redução ao redor de 8,8%, destacando-se que as maiores diminuições neste índice foram registradas no Uruguai, Argentina e Equador. Registre-se a expressiva redução do índice no Uruguai, país que apresentou no período a melhor distribuição de renda em toda a América Latina. Neste contexto, o Uruguai passou a integrar o grupo de países com os melhores indicadores mundiais em termos de distribuição de renda.

A tabela 6 apresenta a evolução da diferenciação da renda entre os 20% mais ricos e 20% mais pobres (quintis) durante o período entre 2001 e 2014 para os diversos países e também para o agregado latino-americano. Para o conjunto da América Latina observa-se uma redução importante da participação do quintil dos mais ricos de 59%, em 2001, para 54%, em 2014, enquanto o acréscimo na participação dos 20% mais pobres no mesmo período foi bem pequeno, passando de 3,1% para 4,0%.

Quando se analisa especificamente a evolução de cada quintil verificam-se importantes diferenças entre os países. Assim, para o quintil dos 20% mais ricos destacam-se duas situações opostas. Por um lado, um pequeno número de países (Costa Rica e Guatemala), cuja participação dos mais ricos na renda aumentou, chamando atenção para caso da Guatemala onde os 20% mais ricos ficam com aproximadamente 60% de toda renda gerada pelo país. Por outro lado, observa-se que na maioria dos países houve uma redução sequencial da participação desse quintil na renda total, com destaque para os casos da Bolívia, Peru, Equador e Uruguai.

Já a evolução da participação dos 20% mais pobres na renda total apresentou três comportamentos distintos. Assim, em dois países (Guatemala e Honduras) esse quintil diminuiu sua participação; outros dois países (Costa Rica e República Dominicana) mantiveram-se na mesma situação; e o grupo restante composto por 13 países apresentou aumento da participação dos 20% mais pobres na renda total.

Essa melhoria na participação dos mais pobres tem sido interpretada de diversas maneiras. Para a CEPAL (2013; 2014), as rendas do trabalho, enquanto principal fonte de recursos financeiros dos domicílios, são os fatores determinantes para explicar essa trajetória de redução das desigualdades, seja em termos de ampliação do emprego formal, seja em termos das melhorias salariais. Mas existem outras interpretações que vão além desse cenário geral do mercado de trabalho que persistiu no primeiro decênio do século XXI em praticamente toda a região. Um dos primeiros aspectos destacados por Amarante et al (2016) foi a redução dos diferenciais percentuais entre aqueles com educação e aqueles sem educação, o que resultou num aumento dos níveis educacionais do conjunto da população.

Tabela 6: Distribuição do primeiro e último quintil de renda entre 2001 e 2014

<i>Países</i>	Quintis ¹			
	2001		2014	
	Q1	Q5	Q1	Q5
Argentina ^{D E}	3,0	60,0	4,2	52,2
Bolívia ^C	1,6	64,2	3,2	52,8
Brasil	2,0	67,8	3,2	59,2
Chile ^{A C}	3,4	61,4	4,4	57,0
Colômbia ^B	3,0	61,2	3,2	58,0
Costa Rica	3,6	53,4	3,6	55,4
Equador	3,6	58,6	5,0	51,0
El Salvador	2,8	56,4	5,2	49,4
Guatemala ^B	3,8	58,8	3,4	59,8
Honduras ^C	2,6	61,6	2,4	59,6
México ^A	3,4	59,0	4,8	55,0
Nicarágua	2,6	61,6	-	-
Panamá	2,2	58,6	2,8	55,4
Paraguai	2,8	60,0	3,2	58
Peru	3,4	56,6	4,6	49
República Dominicana ^B	3,2	58,2	3,2	56,2
Uruguai ^E	4,8	50,8	6,2	44,8
Venezuela ^C	4,0	53,2	5,2	46,2
América Latina ^B	3,1	59,0	4,0	54,0

Fonte: Cepal (2015)

¹ Q1 refere-se ao primeiro quintil (20% mais pobre), Q5 refere-se ao quinto quintil (20% mais rico)

- Refere-se a dado indisponível

^A Primeiro ano da série refere-se a 2000

^B Primeiro ano da série refere-se a 2002

^C Último ano da série refere-se a 2013

^D Último ano da série refere-se a 2012

^E Somente áreas urbanas

Nesta mesma direção, Perry & Steiner (2011) afirmam que é interessante analisar os canais de transmissão de efeitos negativos da desigualdade de renda sobre a condição social. Um desses primeiros canais diz respeito à formação de capital humano, uma vez que em condições de disparidades de renda se reproduzem desigualdades de acesso ao sistema educacional, fato constatado por diversos estudos da CEPAL, da OCDE e do Banco Mundial. Para os autores, a disparidade educacional contribui para perpetuar a desigualdade de renda entre gerações, o que tem como resultado final um baixo nível de capital humano e, conseqüentemente, efeitos negativos sobre o crescimento econômico. Foi exatamente este aspecto, na visão dos autores, que tem melhorado na América Latina na primeira década do século XXI.

Já Cornia (2012) afirma que existe um pequeno número de fatores complementares que são capazes de ajudar a explicar a situação da desigualdade latino-americana, destacando-se o aumento das capacitações por meio de uma expansão expressiva do nível educacional

secundário aliado a adoção de um novo modelo de desenvolvimento por governos de centro-esquerda que enfatizaram, além do equilíbrio fiscal, a expansão dos gastos sociais e as políticas de valorização dos salários.

Isto nos conduz a um olhar para a esfera política, uma vez que esse contexto foi bem distinto na primeira década do século XXI, comparativamente às duas últimas décadas do século passado. Diante das preferências eleitorais por novas perspectivas de desenvolvimento, governos democráticos e de centro-esquerda foram eleitos em diversos países, dando maior visibilidade aos problemas e demandas sociais, paralelamente à adoção de políticas macroeconômicas de estímulo ao crescimento.

Essas políticas de inclusão social, paralelamente a um ciclo de estabilidade e de crescimento econômico da região, criaram as condições para o estabelecimento de um processo redistributivo assentado em políticas macroeconômicas, com destaque para as políticas fiscais e políticas de valorização do emprego e do salário, e para as políticas sociais ativas, com destaque para os programas de transferência de renda e fortalecimento dos sistemas de proteção social em diversos países. A somatória final foram quase 12 anos de melhoria na situação distributiva da renda e queda das taxas de pobreza em praticamente todos os países.

4. Considerações finais

As informações sobre a desigualdade social na América Latina apresentados e discutidas ao longo deste trabalho revelam um quadro histórico bastante preocupante, uma vez que somente após as reduções dos níveis de renda e de pobreza verificadas nos últimos anos (2002-2014) é que se retornou ao patamar existente ao final da década de 1970. Isso significa que por mais de 30 anos uma parcela expressiva da população latino-americana foi privada do acesso aos bens e serviços básicos devido à sua condição social.

Este fato reforça o argumento de que os problemas da desigualdade e da pobreza na América Latina continuam tendo um forte componente estrutural, isto porque, segundo a CEPAL (2008), a região não somente mostra um nível de desigualdade e de pobreza muito superior ao seu grau de desenvolvimento, como também segue sendo a região com a maior taxa de concentração de renda do mundo. Estes fatores combinados mostram o caráter sistêmico do problema, ao mesmo tempo em que revelam a magnitude e os desafios para as políticas públicas voltadas ao combate desse flagelo social.

Especificamente em relação às informações sobre a renda é possível verificar um

comportamento distinto entre a América Latina e demais regiões do mundo. Assim, regiões que detinham índices de desigualdades próximos aos da América Latina na década de 1970 apresentaram quedas consistentes da desigualdade posteriormente, com destaque para as regiões Asiática e Oriente Médio, ao passo que nos países desenvolvidos a desigualdade se manteve constante e em patamares baixos. Já a América Latina foi a única região que manteve a desigualdade em níveis elevados ao longo do tempo.

O resultado disso é dramático para as classes menos favorecidas. Segundo Morley (2001), esses elevados índices de concentração causam grandes impactos na quantia da renda destinada aos pobres e ricos. Nos anos de 1990, por exemplo, enquanto os 5% mais ricos da América Latina ficavam com 25% de toda a renda regional, na Ásia do Sul essa mesma camada social (ricos) ficava com 16%, e nos países desenvolvidos os 5% mais ricos ficavam com apenas 12% de toda a renda. O resultado é que na América Latina a renda dos 5% mais ricos é 20 vezes maior que a renda do quintil mais pobre da população.

Mesmo que a trajetória recente do Índice de Gini tenha se mantida em sentido decrescente, a proporção da renda *per capita* entre os grupos em que se pode dividir a população continua extremamente desigual. Assim, comparando-se apenas dois grupos populacionais – os 40% dos domicílios com as menores rendas e os 10% com as maiores – observa-se que a renda *per capita* dos 10% mais ricos da população era 14 vezes maior à renda dos 40% mais pobres. Isso significa que, no ano de 2014, a cada 100 unidades monetárias percebidas pelos 40% dos domicílios com menores rendas correspondia a 1400 unidades monetárias para os 10% dos domicílios mais ricos, o que demonstra a continuidade de um nível desigual de renda.

Do ponto de vista da pobreza, as constantes crises econômicas enfrentadas pela região ao longo das duas últimas décadas do século XX agravaram ainda mais as condições sociais. Por um lado, as baixas taxas de crescimento econômico não permitiram que a maioria dos países ingressasse competitivamente no cenário macroeconômico global, ao mesmo tempo em que afetaram as condições de funcionamento do mercado de trabalho. Com isso, além do desemprego, passou-se a conviver com formas precárias de trabalho e de remuneração. Por outro lado, as crises financeiras também afetaram a capacidade dos estados nacionais de implementar políticas consistentes destinadas ao combate da pobreza.

Sem dúvida, esse é um dos aspectos preocupantes no momento exatamente quando as tendências bastante positivas do início do século XXI começaram a se inverter rapidamente. O resultado preliminar é que as taxas de pobreza voltaram a crescer a partir dos últimos três anos, especialmente dentre as pessoas classificadas como extremamente pobres. Com isso, o

número absoluto de pobres que apresentava tendência decrescente até 2013 voltou a aumentar a partir de então, atingindo 175 milhões de pessoas no ano de 2015 (CEPAL, 2015). Isso significa que apenas entre esses dois anos mais de nove milhões de pessoas voltaram a fazer parte da condição social de pobreza novamente.

Referências

AMARANTE, V.; GALVÁN, M.; MANCERO, X. **Desigualdad en América Latina: una medición global**. *Revista CEPAL*, n. 118, p.27-47, 2016.

COMISIÓN ECONÓMICA PARA AMÉRICA LATINA Y EL CARIBE. **Magnitud de la pobreza en América latina en los años ochenta**. Santiago de Chile: CEPAL, 1991.

COMISIÓN ECONÓMICA PARA AMÉRICA LATINA Y EL CARIBE. **Hambre y cohesión social en América Latina: como revertir la relación entre inequidad y desnutrición**. Santiago de Chile: CEPAL, 2005, 37p.

COMISIÓN ECONÓMICA PARA AMÉRICA LATINA Y EL CARIBE. **Panorama Social de América latina y el Caribe en 1998**. Santiago de Chile: CEPAL, 1998.

COMISIÓN ECONÓMICA PARA AMÉRICA LATINA Y EL CARIBE. **Panorama Social de América latina y el Caribe en 2002-2003**. Santiago de Chile: CEPAL, 2003.

COMISIÓN ECONÓMICA PARA AMÉRICA LATINA Y EL CARIBE. **Una década de desarrollo social en América Latina: 1990-1999**. Santiago de Chile: CEPAL, 2004.

COMISIÓN ECONÓMICA PARA AMÉRICA LATINA Y EL CARIBE. **Panorama Social de América latina y el Caribe en 2006**. Santiago de Chile: CEPAL, 2006.

COMISIÓN ECONÓMICA PARA AMÉRICA LATINA Y EL CARIBE. **Panorama Social de América latina y el Caribe en 2008**. Santiago de Chile: CEPAL, 2008.

COMISIÓN ECONÓMICA PARA AMÉRICA LATINA Y EL CARIBE. **Superar la pobreza mediante la inclusión social**. Santiago de Chile: CEPAL, 2010.

COMISIÓN ECONÓMICA PARA AMÉRICA LATINA Y EL CARIBE. **Panorama Social de América latina y el Caribe en 2013**. Santiago de Chile: CEPAL, 2013.

COMISIÓN ECONÓMICA PARA AMÉRICA LATINA Y EL CARIBE. **Panorama Social de América latina y el Caribe en 2014**. Santiago de Chile: CEPAL, 2014.

COMISIÓN ECONÓMICA PARA AMÉRICA LATINA Y EL CARIBE. **Panorama Social de América latina y el Caribe en 2015**. Santiago de Chile: CEPAL, 2015.

CORNIA, G.A. **Inequality trends and their determinants: Latin America over 1990-2012**. Firenze: Università degli Studi di Firenze, Working Paper Series, WP n. 02, 2012.

COSTA RIBEIRO, C.A. **Um panorama das desigualdades na América Latina**. Rio de

Janeiro: IUPERJ/UCAM, Observatório político Sul-Americano (OPSA), **Boletim n.6**, Junho de 2006.

ECONOMIC COMMISSION FOR LATIN AMERICA. **The economic development of Latin America and its principal problems**. New York: United Nations, 1950.

EDWARDS, S. **Forty years of Latin America's development: from the alliance for progress to the Washington Consensus**. Cambridge, MA: National Bureau of Economic Research (NBER Working Paper Series), Working Paper 15190, July 2009.

FERES, J. C. & MANCERO X. **Enfoques para la medición de la pobreza. Breve revisión de literatura**. Santiago de Chile: CEPAL, 2001.

GASPERINI, L.; LUSTIG, N. **The rise and fall of income inequality in Latin América**. Society for the Study of Economic Inequality (ECINE), Working Paper Series, WP 213, August 2011.

INTERNATIONAL POVERTY CENTRE (IPC). Brasília (BR): **Bulletin Poverty in Focus**, September 2004.

INTERNATIONAL POVERTY CENTRE (IPC). Brasília (BR): **Bulletin Poverty in Focus**, December 2006.

INTERNATIONAL POVERTY CENTRE (IPC). Brasília (BR): **Bulletin Poverty in Focus**, October 2007.

INTERNATIONAL POVERTY CENTRE (IPC). Brasília (BR): **Bulletin Poverty in Focus**, August 2008.

LEÓN, A. **Progreso en la reducción de la pobreza extrema en América Latina: dimensiones y políticas para el análisis de la primera meta del Milenio**. Santiago de Chile, 2008.

MORLEY, S.A. **The income distribution problem in Latin America and the Caribbean**. Santiago (CH): ECLAC, 2011.

ORGANIZACIÓN DE LAS NACIONES UNIDAS. **Objetivos de desarrollo del milenio: una Mirada desde América Latina y Caribe**. Santiago de Chile: 2005(a), 334 p.

ORGANIZACIÓN DE LAS NACIONES UNIDAS. **El estado de la inseguridad alimentaria en el mundo**. Roma: ONU/FAO, 2005(b), 68p.

ORGANIZACIÓN DE LAS NACIONES UNIDAS. **Cambios en la estructura del consumo de alimentos y nutrientes de América Latina**. Santiago de Chile: 2005(c), 89 p.

PERRY, G.; STEINER, R. **Economic growth and inequality**. Canadian Foundation for the Americas, policy Brief, July 2011.

TOWNSEND, P. **What is Poverty? An historical perspective**. UNDP: International Poverty Centre, *Poverty in Focus*, December 2006.

WORLD BANK. **Economic Bulletin for Latin America**, v. XIV, n.2, 1969.